

IMPrensa E EDUCAÇÃO CATÓLICAS NA FORMAÇÃO DO PÚBLICO LEITOR FEMININO (1920/1950)

*Cynthia Pereira de Sousa Vilhena **

Um tratado sobre a arte de não ler mais não é do que o prefácio necessário a um bom tratado sobre a arte de ler. Para ler com aproveitamento é mister, primeiro, saber desistir de muita leitura.

Mesquita Pimentel. Revista
A Ordem, nº 21, nov., 1931

O papel desempenhado pelo catolicismo no Brasil tem sido alvo de um grande número de estudos e investigações, em razão da posição estratégica que a Igreja ocupou na sociedade brasileira, em diferentes momentos de nossa história.

A proclamação da República determinou a separação entre Igreja e Estado, iniciando um período mais difícil na vida da instituição eclesial mas que, contrariamente à interpretação consagrada da literatura a respeito, não se constituiu em um “período de trevas” mas sim, como indica Sergio Micelli, uma situação provisória de “perfil baixo”. De fato, uma série de medidas tomadas pela Igreja nessa fase inicial do período republicano, como o aumento do número de dioceses, a nova distribuição das divisões territoriais das paróquias, a multiplicação dos agentes de pastoral, a melhoria da qualidade do ensino e da formação do clero nacional nos seminários, iria possibilitar a superação daquelas dificuldades e a formação de uma base sólida para que ela se reorganizasse como “empreendimento religioso e organização burocrática”, (Micelli, 1988:153). Todavia, a religião católica, como expressão dos sentimentos do povo, estava combatida, sendo que nas camadas superiores da sociedade, a descristianização era progressiva, enquanto a grande massa popular

* Faculdade de Educação da USP.

demonstrava uma formação religiosa mais sentimental do que racional. Tal era o diagnóstico definido pela cúpula do clero. O que faltava à Igreja, nesse período de reconstrução institucional, era uma militância católica organizada. Embora existissem algumas vozes isoladas trabalhando pelo reavivamento do catolicismo, contingentes significativos da população permaneciam inertes em relação à religião. A percepção deste problema levou seus líderes a estabelecer uma certa estratégia de ação política cujos meios eram a educação do povo na religião e doutrina cristãs, a união dos católicos e sua organização, o recrutamento de novas lideranças e pressões sobre o governo, com a finalidade de retomar seu espaço na vida pública.

O Recorte histórico da pesquisa

O período de abrangência de nossa pesquisa tem, como ponto de partida, o primeiro pós-guerra – 1920 – e, no outro extremo, 1950/1951. Tais limites representam marcos significativos no desenvolvimento do ideário e da ação do catolicismo no Brasil. A partir de 1920, como já foi explicitado, inicia-se o movimento de reação católica empreendido pela hierarquia, que contou com o apoio fundamental de novos atores que vão formar o laicato e constituir-se como um grupo de pressão e mobilização, na tarefa conjunta de recristianização do povo brasileiro e de recuperação do poder e da influência da instituição religiosa na vida pública. As décadas de 20, 30 e 40 evidenciam, pois, um período bastante rico de iniciativas, no que tange ao reordenamento do catolicismo no Brasil. Findo o Estado Novo, em 1945, o país retoma o regime democrático e o mundo assiste, aliviado, ao término da II Guerra Mundial. Em relação à Igreja Católica há mudanças substantivas em sua doutrina, nos aspectos relativos ao casamento e à procriação. Durante séculos, e até esse momento, ela havia mantido inalterada a prescrição do casamento com vistas à geração da prole. Em 1951, o Papa aprova a regulação dos nascimentos, ou seja, reconhece o direito dos esposos de decidir sobre o número de filhos, sem que isto significasse renunciar às relações sexuais sem a intenção de conceber. Parece-nos claro que tal correção de rota deveu-se a uma série de pressões de diferentes grupos e classes que compunham o laicato, para que a doutrina católica se acomodasse à nova realidade, à evolução da sociedade. Por outro lado, tal panorama de mudanças determinou, muito provavelmente, uma redefinição dos papéis femininos, que pode ser apreendida por meio da veiculação de mensagens pela imprensa católica e de formas de acomodação de conhecimentos e práticas no interior do espaço escolar. Estabelecer relações e cruzamentos entre o campo da imprensa periódica católica e o espaço mais

restrito do colégio com relação à leitura é o que pretendemos, no sentido de desvendar práticas e apropriações do seu público-alvo – *as mulheres* –, além de investigar até que ponto e em que medida é possível captar avanços e recuos, mutações e permanências, frente ao impacto da modernidade.

O material da pesquisa

Quando mencionamos a palavra *periódico*, estamos nos referindo a revistas, deixando de fora os jornais que, por si sós, demandariam um outro trabalho bastante amplo.

Os critérios para a seleção do material basearam-se no caráter de periodicidade e continuidade no recorte de nossa pesquisa (1920/1950) e na possibilidade de acesso e consulta aos periódicos. Todavia, nem sempre foi possível combinar estes critérios. Em alguns casos, embora o periódico constasse dos fichários de catalogação, não pôde ser localizado nas estantes. Com isto, nossa listagem foi sofrendo decréscimos. Outro critério relacionava-se à natureza do periódico e ao tipo de público leitor a que se destinava. Não nos interessavam publicações periódicas veiculadas por membros da alta cúpula eclesial no Brasil (cardeais e bispos de dioceses), mas tão somente manifestações e determinações estritamente relativas ao papel da imprensa, dos livros e da leitura ou das associações católicas nesse âmbito, transcritas nos periódicos como normas e prescrições para leitores e leitoras. Além disso, periódicos destinados à divulgação de reflexões desenvolvidas no âmbito da Teologia ou, ainda, publicações cujo teor fosse o tratamento de temas ligados à liturgia e à organização da Igreja, ainda que dirigidas à população leiga, ficaram fora de nossa seleção. Portanto, apesar do fato de não termos conseguido localizar séries completas de todos os periódicos, o conjunto de revistas selecionadas cobre todo o período que delimitamos para nossa investigação.

Desses critérios e possibilidades de acesso, nosso material da imprensa periódica católica (leiga e religiosa) ficou assim constituído:

- Revista *Vozes de Petrópolis* – publicada em Petrópolis.
- Revista *A Ordem* - publicada no Rio de Janeiro.
- Revista *Brasileira de Pedagogia* – publicada no Rio de Janeiro.
- Revista *A Família Cristã* – publicada em São Paulo.
- Revista *Ação Católica* - publicada no Rio de Janeiro.
- Revista *Juventude* – publicada no Rio de Janeiro.
- Revista *Leitores e Livros* – publicada no Rio de Janeiro.

O material recolhido nesses periódicos (editoriais, artigos, listas bibliográficas, cartas de leitores, consultas, respostas da redação, anúncios de livros e livrarias) representam mensagens de orientação de conduta do leitor/leitora, enquanto parte integrante da sua formação mais geral e, precipuamente, da formação do seu caráter, compondo um conjunto de normas prescritivas de comportamento e modelos de atitude.

Nossas categorias de análise, que também se constituem nos eixos temáticos para agrupar os artigos publicados nas revistas são a imprensa em geral; bibliotecas, livros, leituras e leitoras; as famílias, as mães e o papel da mulher; a educação da juventude em geral; a formação das meninas e da mocidade feminina.

As estratégias de conformação do campo da imprensa católica

Uma definição do que era “imprensa católica”, no âmbito do nosso recorte histórico, pode ser estabelecida, por exemplo, em contraposição ao que era concebido como a má imprensa, nos aspectos religioso, social e moral (“a que ataca a fé, os costumes, a sociedade”; “a que corrompe o coração, pois fala pela voz dos romances”; “a que procura destruir os fundamentos da sociedade, o casamento religioso, os direitos da família”, etc.). Um elemento essencial para o periodismo católico era sua ligação estreita com “a missão da Igreja”, não apenas no nível jurídico, mas também do ponto de vista de suas vinculações com as autoridades da comunidade eclesíastica. Outro aspecto que ressalta da imprensa católica era sua conceituação como meio moralizador e saneador dos costumes da sociedade, concomitante ao desempenho do papel de conservação dos princípios e valores norteadores da ética cristã. Em muitos casos, ao se definir a “imprensa católica” privilegiava-se o aspecto de luta, de batalha em que estava empenhada, considerando-a como “arma para o bom combate”, o que realçava uma concepção de que era preciso estar na defensiva contra os ataques vindos de todas as partes e que vinham, muitas vezes, na forma de adjetivos pouco edificantes.

A conclusão que parece mais natural é de que a expressão *Imprensa Católica* não se esgota no simples fato de jornais serem feitos por católicos, nem simplesmente no fato de tratarem de temas sobre a doutrina e a vida da Igreja. Mas o que a caracteriza é um modo e uma atitude específicos na concepção do periodismo, derivados de sua vinculação orgânica com a *missão* da Igreja, em cada época e em cada conjuntura do processo concreto vivido pela comunidade eclesial. (Lustosa, 1983:29)

Muitas foram as medidas tomadas para a conformação do campo da imprensa católica, com vistas à consecução dos objetivos de recuperação e manutenção do poder e influência na sociedade. É perfeitamente válido tomar como referência as iniciativas empreendidas pelo catolicismo francês, que muito serviu de inspiração a medidas desenvolvidas pela hierarquia e pelo laicato católico no Brasil ambos, evidentemente, direcionados pelas determinações da Santa Sé.

Vigiar e controlar as leituras era apenas parte da missão das autoridades religiosas. Era preciso apontar, nomear e explicitar com clareza quais eram as más leituras e os maus livros. Feito o expurgo, restava a literatura benéfica e edificante. O trabalho de condenação e interdição de livros e jornais contrários à fé, aos costumes e à moral cristã era feito, para toda a cristandade, por meio da publicação do *Index* pela Santa Sé e, nas dioceses, por meio da divulgação das cartas episcopais.

Em relação à formação de bibliotecas, suas finalidades e composição, por exemplo, é relevante apontar a situação de passagem de uma leitura íntima, privada, para uma leitura pública ou seja, realizada no espaço público, e na possibilidade de ela estar submetida aos direcionamentos de tal ou qual “política de leitura” que, embora visando à instrução e não excluindo a leitura de lazer, inscrever-se-ia, ao mesmo tempo, em “um sistema de tensões onde o essencial não é a obra de moralização ou de educação, mas a vigilância crítica do leitor” (Chartier e Hébrard, 1984: 538). Construída para oferecer um “bem” ou um “precioso reconforto” para os leitores, no meio das lides diárias, enriquecendo-lhes a vida, a biblioteca ou a leitura pública não estariam livres de perigos e riscos. A leitura intensiva do livro raro foi sucedida pela leitura, necessariamente extensiva, de um número grande de títulos, colocando o leitor diante de uma produção abundante e variada tomando, por isto mesmo, mais difícil a escolha e o achado da obra. Nesse contexto desponta a figura do bibliotecário desempenhando o papel de “filtro interposto entre o homem e a torrente de livros”, como diria Ortega y Gasset. Se, no século XIX, a função de “direção da leitura” era, em larga medida, delegada à autoridade religiosa ou à escola, ela passa, nas primeiras décadas do século XX, a ser uma função exercida pelo bibliotecário, tido e havido por muitos como “conselheiro de leitura” ou, ainda, como “higienista de leituras”. Para a militância católica leiga no Brasil, seu objetivo de recristianização da sociedade não poderia dispensar cuidadosa atenção à organização de bibliotecas que, sem ser exclusivamente “pias”, deveriam conter uma produção que servisse à edificação da alma e à construção do caráter de crianças, jovens e adultos. Em outras palavras, jornais, livros e revistas católicos deveriam ser a leitura preferencial dos fiéis, compondo as bibliotecas das paróquias e dos estabelecimentos de ensino mantidos pela Igreja.

De um modo geral, depois da II Guerra Mundial, a censura aos livros desaparece, embora subsista um certo direcionamento das leituras, dentro da imprensa católica, por meio de recomendações aos fiéis de livros, revistas e publicações ilustradas e seu valor para diferentes categorias de leitores.

A imprensa periódica católica e a educação

O conjunto de periódicos que constitui nosso objeto de análise permite apresentar um quadro bastante nítido em relação à imprensa católica em geral, porque se compõe de publicações geradas:

a) no âmbito de duas ordens/congregações religiosas:

- 1) masculina – Ordem dos Franciscanos – Revista *Vozes de Petrópolis*;
- 2) feminina – Irmãs Paulinas – Revista *A Família Cristã*.

b) no âmbito do movimento católico leigo:

- 1) uma ligada ao centro impulsionador do movimento de renovação católica, servindo de paradigma a outras publicações – *A Ordem*;
- 2) uma ligada ao conjunto do professorado católico – *Revista Brasileira de Pedagogia*;
- 3) uma ligada à oficialização da Ação Católica Brasileira – revista *Ação Católica*;
- 4) e, as duas últimas, ligadas ao braço feminino do laicato católico – *A Juventude e Leitores e Livros*.

No âmbito do colégio feminino católico – o Colégio Santa Inês – o Instituto Educacional das Filhas de Maria Auxiliadora fundado em 1907, marcando a vinda das Salesianas para o Brasil, há a Revista *Auxilium*, porta-voz da direção do colégio e de outras casas de formação. Os exemplares existentes na biblioteca vão de junho de 1930 (número 1) até o número 201, de jun./dez., 1960, totalizando 200 números dessa publicação. Nas várias seções da revista *Auxilium* há um rico manancial a ser explorado sobre formação/ educação feminina, baseado em modelos de virtude e de comportamento, que devem ser construídos e preservados na prática cotidiana dos deveres da moça católica e para o qual concorrem os “bons livros” e as leituras piedosas, edificantes e formadoras do caráter.

Outra das fontes para a pesquisa do espaço escolar é o assim chamado “jornalzinho” das alunas dos cursos Colegial e Normal – *Tic!Tac* –, cujas diretrizes eram

“educar, instruir, divertir” desenvolvidas em suas variadas seções: “Conversas íntimas comigo mesmo”, “Gratidão”, “Serei feliz”, “Desejo”, “Conhece-te a ti mesmo”, “Mala de correspondência”, “O conto que eu li”, “Rodinha Literária”, etc. Nele é possível captar algumas das práticas do cotidiano escolar e das leituras mas, agora, sob o ponto de vista das alunas responsáveis pelo jornal e de suas colaboradoras.

Estas fontes serão complementadas por meio de entrevistas feitas com ex-alunas sobre sua vida escolar em geral e sobre suas práticas de leitura.

Alguns aspectos relativos às prescrições de leituras e livros nas revistas católicas

A revista *Vozes de Petrópolis* surgiu em 1907 como uma “revista católica de cultura” publicada pela Editora Vozes, de propriedade da Ordem Franciscana, mantendo o mesmo nome até o número 50, editado em 1956.

Uma de suas seções – “Novos Romances Franceses” – foi publicada com regularidade no período inicial da revista, sendo que depois foi incluída na seção “Bibliografia”, onde eram resumidos os comentários de natureza moral, além de ter aberto mais espaço para notícias e pareceres sobre publicações surgidas no mercado editorial, em vários pontos do país, referentes a obras de literatura, de religião, periódicos diversos. Também eram feitas transcrições de capítulos de romances, evidentemente sem “perigo” para os leitores católicos.

A classificação dos “Novos Romances Franceses”, seção que levava a assinatura de Soares d’Azevedo, não era fruto de uma leitura diária, programada e trabalhosa (pelo volume de títulos e pelos comentários apresentados a cada número da revista, de periodicidade quinzenal), como à primeira vista poderia parecer, mas resultava de uma tradução do que era publicado na *Revue des Lectures*, dirigida pelo abade francês Bethléem, de 1919 a 1939. O próprio Soares d’Azevedo esclarece a questão:

Não há dúvida que é ainda a França o país donde nos vem mais abundante literatura. À febre da guerra seguiu-se a febre dos romances. O R.P. Luiz Bethlehem (sic), diretor da *Revue des Lectures*, de Paris, escritor conhecido no Brasil pelo auxílio que prestou ao *Através dos Romances*, de Frei Pedro Sinzig, continua a apreciação moral dos romances ultimamente editados. Continuamos a citação, para ciência daqueles que amam este gênero de literatura (nº 6, mar., 1920).

A classificação dos romances servia como guia de utilidade para pais, professores ou simples leitores e, sobretudo, leitoras, segundo categorias que serão comu-

mente utilizadas nos outros periódicos católicos: “romances maus, perigosos ou inúteis para a generalidade dos leitores”; “romances cuja leitura é permitida a adultos suficientemente esclarecidos”; “romances cuja leitura se pode, apesar do fundo ou de certas páginas, recomendar a adultos esclarecidos”; “romances inofensivos e recomendados a leitores de certa idade e de espírito formado”, etc.

A revista *A Ordem* era o órgão oficial do Centro Dom Vital do Rio de Janeiro. Jackson de Figueiredo dirigiu a revista de 1921 a 1928, data de sua morte, imprimindo-lhe um caráter político-ideológico. A partir de dezembro de 1928, a direção ficou a cargo de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) e Perillo Gomes. *A Ordem* tornou-se, a partir daí, uma revista católica de cultura geral, o que também explica que ela tenha passado a incluir seções e assuntos ligados à literatura em geral, gêneros literários, livros e leituras. Assim é que, nas seções denominadas “Bibliografia” e “Os Nossos Livros” eram feitos comentários, abonadores ou não, sobre livros de autores nacionais e estrangeiros, em circulação no mercado editorial.

Com a aprovação dos novos estatutos do Centro Dom Vital do Rio de Janeiro, em novembro de 1930, ele passa a ter, entre outras finalidades, a de fundar “uma biblioteca dotada de um serviço de informações bibliográficas em sede social adequada e propagação da leitura de obras católicas”, estando previstas as funções de um bibliotecário, que ficaria encarregado da “organização da biblioteca, confecção do catálogo e das fichas, informações bibliográficas, conservação e aquisição de volumes, etc.”. Além da manutenção da publicação da revista como “órgão oficial da associação”, os estatutos estabeleciam como uma de suas metas a “publicação de livros de todos os gêneros considerados úteis à religião e ao Brasil, em uma ou várias coleções especiais”, depois de feita “a censura prévia de todas as publicações do Centro, inclusive da Revista”, pelo assistente eclesiástico, função desempenhada durante muitos anos pelo Pe. Leonel Franca, S.J. (nº 11, jan., 1930).

É interessante observar que os discursos sobre a má leitura, a leitura inútil e perigosa que não serve para instruir ou edificar estariam a serviço, nessa época, de dois propósitos bastante distintos: um deles seria o de desqualificar os maus leitores, que melhor fariam se nada lessem, pois a leitura não era concebida como uma prática conveniente a homens e mulheres, indistintamente, e nem a todas as camadas sociais (Chartier e Hébrard, 1984:531). Aqui se insere um dos significados que se pode dar à epígrafe deste trabalho. Em artigo publicado na revista *A Ordem*, com o título de “Fecha teu livro, amigo”, Mesquita Pimentel toma a via da descaracterização da leitura (como “perda de tempo”, “máscara da preguiça”) e do leitor “que lê demais” porque, em consequência disto ele se esqueceria de “observar os fatos da vida”, dispersando “o espírito arrebatado por sucessivas, incoerentes e constantes leituras

(...) e arrastado por milhares de idéias”. Daí a inconveniência das leituras para todos aqueles que as praticam “sem a colaboração ativa do seu espírito”, daí ser “uma atitude que é inteiramente fictícia porque estéril – é simplesmente fazer ato de hipocrisia e preguiça” (nº 21, nov., 1931).

Com relação ao público leitor feminino, a seção “Bibliografia” fez o seguinte comentário sobre dois livros, um de Elinor Glin, *Cegueira de amor* e o outro, de Concordia Merrel, *Adão e algumas Evas*, publicados em São Paulo pela Cia. Ed. Nacional, em 1933:

Como parte da Nova Biblioteca das Moças, acaba a Companhia Editora Nacional de publicar os dois volumes acima. Embora escrito por senhoras, os temas versados são um pouco fortes. Não tanto para a geração avançada da mulher de hoje, que frequenta cinemas de fitas livres e se despe nas praias de banhos. Mas [são um pouco fortes] para muitas moças que ainda se querem conservar jovens no corpo e na alma (nºs 45/46, nov./dez., 1933).

A *Revista Brasileira de Pedagogia* era o órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação e apareceu como fruto da transformação do Boletim da Associação de Professores Católicos do Distrito Federal, sendo seu primeiro número publicado em fevereiro de 1934, com tiragem mensal. A direção ficou a cargo de Everardo Backheuser. A revista compunha-se das seguintes seções: “Lições e Métodos”, “Debates sobre a Escola Nova”; “Metodologia e Didática”; “Legislação do Ensino”; “Ação Social”; “Psicologia Infantil”; “Política Educacional”; “Literatura Pedagógica”; “Consulta”.

É, principalmente, na seção de “Consultas” que se podem encontrar prescrições sobre a leitura, listagens bibliográficas com referências às obras classificadas como de “valor educativo”, segundo a moral católica. Os leitores, vez por outra, escreviam à redação com pedidos de “listas de boas obras, nas quais os professores católicos possam ter confiança” (nº 3, abr. 1934). Ou, ainda, perguntas sobre a possibilidade do uso de algumas obras por alunas e para o ensino de literatura (nº 4, mai., 1934). A partir do número de outubro de 1935, a *Revista Brasileira de Pedagogia* vai encampar um “Inquérito sobre Leituras”, de iniciativa de um estabelecimento feminino de educação, o “Colégio Jacobina” do Rio de Janeiro e cuja origem se deu nesta seção. Um exemplo interessante está em uma consulta individual, sem assinatura, indagando “se qualquer moça católica pode, sem perigo, ler os livros de Machado de Assis, de Monteiro Lobato e do *Calvário ao Infinito*, de Victor Hugo?”. A resposta, assinada por P.F. (provavelmente Pedro F. Vianna da Silva), vale a pena ser transcrita:

Os livros de Machado de Assis em geral têm cenas muito realistas, ainda que, aqui e ali, para uma imaginação de moça alguma descrição ou insinuação possa perturbar; destilam, porém, um veneno sutil de pessimismo e uma visão cética e desanimadora da vida, que não se concilia bem com a formação cristã do caráter. Parece-me mais aconselhável diferir a sua leitura para uma idade mais amadurecida, que poderá colher as vantagens literárias sem os inconvenientes apontados. Não aconselhamos os livros de Monteiro Lobato. Há apreciações históricas menos justas e respiram uma atmosfera inteiramente materialista. O livro de Victor Hugo, *Do Calvário ao Infinito*, não está positivamente proibido. Será, porém, melhor a sua leitura em idade já formada (nº 4, mai., 1934).

A revista *A Família Cristã* começou a ser publicada mensalmente em 1935 pela Pia Sociedade Filhas de São Paulo.

Em 8 de dezembro de 1934 saiu o *número 0*, edição de propaganda, sob a direção de Baldi Tersilla. As “duas palavras de apresentação” da nova revista, de 16 páginas impressas em “papel jornal”, foram escritas pela Irmã Stefanina Cillario:

— Para quê um novo periódico?

— Não há já demais?

— Sim, há muitos, mas nem todos são bons, e é por isso que a Pia Sociedade Filhas de São Paulo ideou este jornalzinho, para que leve a voz do Divino Mestre às nossas Famílias Brasileiras. Não achareis nele erudição, nem elegância de veste tipográfica, mas uma boa palavra para o bem de vossas almas, instruções para o desembaraço das vossas ocupações diárias, contos e lendas instrutivas, morais e interessantes, desenhos de bordado, noções sobre os principais acontecimentos do dia etc, (...).

Dirige-se de modo especial às Mães e às moças, porque a mulher é a dona da casa: a paz e o bem-estar da família dependem muitas vezes do procedimento da mulher (nº 0, dez., 1934).

A revista é composta, com algumas variações de número para número, de artigos, notas e informações sobre religião e eventos, festas e comemorações do calendário litúrgico; história da Bíblia e vidas de santos; consultas de leitores e leitoras, respostas da redação; seções de conselhos práticos relativos à vida cotidiana e doméstica da mulher; seções de humor, charadas e curiosidades, imprensa e livros.

Sob o título de “Cenas da imprensa”, a revista narra uma pequena história na forma de uma “conversa” entre um “jornalista ímpio” e o demônio, a soprar-lhe idéias na consciência, com quatro sugestivas ilustrações representando o diabo postado às costas do jornalista, enquanto escreve sua matéria (1º ato); o leitor lendo o artigo no jornal, sentado à mesa, com o diabo, também sentado, indicando-lhe o artigo que está sendo lido (2º ato); um outro leitor, lendo um jornal, simbolizando

a imprensa em geral, com este título no topo, rodeado de “diabinhos”, cada um com seu jornal, onde estão escritos “socialistas”, “novelas”, “liberdade” (3º ato) e, finalmente, jornalistas, leitores e demônios, todos ardendo nas chamas do inferno (4º ato).

Sobre a má imprensa, livros e leituras, o discurso é simples e direto, sendo que o uso de imagens metafóricas é uma estratégia hábil para o convencimento do leitor e da leitora comuns:

Pergunta-se às vezes: por que a Igreja proíbe a leitura de certos livros e jornais? (...). A mãe que não quer que seu filhinho caia e se machuque, põe barreiras nos lugares perigosos. O pai que não quer que seu filho se afogue, lhe proíbe o nadar em águas mui profundas e caudalosas. O farmacêutico que não quer que seus fregueses se equivoquem, escreve nos vidros com letras garrafais a palavra *Veneno*.

Do mesmo modo, sabendo que certas publicações (livros, periódicos, folhas avulsas) heréticas, anti-religiosas, blasfemas, imorais, pornográficas, subversivas da ordem social, demolidoras da família, etc., envenenam e matam as almas; a igreja proíbe a seus filhos lê-las e lhas assinala como venenosas e nisto faz bem, muito bem (nº 9, set., 1945).

O Boletim da *Ação Católica* foi criado em 1938 para ser o órgão oficial da Ação Católica Brasileira, ficando sob a direção de Everardo Backheuser.

As estratégias de censura e prescrição também se aplicavam à arte cinematográfica. Os mesmos critérios classificatórios, usados em outras revistas católicas para livros e leituras, repetiam-se no caso dos filmes. Na seção intitulada “Cinematografia” eram listados os títulos dos filmes passados no Rio de Janeiro, no mês precedente, seguidos por uma lacônica “classificação moral” nos seguintes termos: “para adultos”, “impróprio para crianças”, “prejudicial”, “aceitável”, “aceitável com restrições”, “digno de aprovação”. Tal tipo de categorização dos filmes fundava-se sobre o “valor moral”, desconsiderando quaisquer avaliações do “ponto de vista artístico”. Justificava-se esta campanha, onde não cabia qualquer culpa à censura, mas à falta de películas “dignas de aprovação”, em nome da “urgente necessidade de uma intervenção cristã no setor da produção cinematográfica”, à semelhança, portanto, do que vinha sendo feito com a imprensa e com os livros, nessa investida controladora e fiscalizadora de meios de comunicação.

O Boletim *Juventude* era o “Órgão Nacional da Juventude Feminina Católica Brasileira”, publicado mensalmente, a partir de 1934, no Rio de Janeiro, com aprovação de uma Comissão Eclesiástica.

Entre as seções ligadas à leitura destacam-se o “Serviço de Informações Bibliográficas”, “Minha Biblioteca”, “Correio da Juventude” e reproduções das listagens de filmes do Secretariado de Cinema e Imprensa da Ação Católica Brasileira.

O “Serviço de Informações Bibliográficas”, atendendo aos pedidos de “críticas” sobre livros, tinha uma forma de “cotação” curiosa e um pouco diversa das comumentes estabelecidas em outros periódicos:

Literária – I=ótima; II=boa; III=medíocre; IV=má.

Moral – A=recomendável; B=boa; C=inócua; D=suspeita; E=perigosa; F=má.

Doutrinária – 1=segura; 2=insegura; 3=errada; 4=má.

Público a que se Destina – a=todos (de interesse para todo público); b=adolescentes; c=adultos (maiores de 20 anos); d=espíritos bem formados (maiores de 25 anos); e=espíritos cultos (jan./fev., 1945).

Na seção “Minha Biblioteca”, a Sr^a Leandro Dupré teve seu livro *Luz e Sombra* considerado como

mais um desses livros para serem lidos rapidamente e rapidamente esquecidos. (...) A atmosfera moral do livro é inócua (...). É um romance morno (...) não chega a impressionar por causa da rapidez do desenlace e da pouca simpatia que a heroína inspira (set., 1944).

A revista *Leitores e Livros* era um “Boletim da Liga Universitária Católica Feminina da Ação Católica Brasileira”, mas com formato de revista e publicado trimestralmente no Rio de Janeiro.

A justificativa das responsáveis por esta nova publicação vinha no seu primeiro número que apareceu em jul./set., 1950:

O destino integral do homem, sua realização natural e sobrenatural, se reflete todo nos livros. A leitura, apreendendo o valor descritivo ou simbólico da obra aponta exemplos, propõe problemas, suscita emulação, sugere soluções (...).

Daí, *Leitores e Livros*: exercício espiritual de reflexão sobre as reflexões, de compreensão do homem pelo homem. Tentativa de utilização da cultura como força modeladora do espírito: dentro do programa da Liga Universitária Feminina, portanto!

A pesquisa deste periódico é fundamental, por algumas razões: constitui-se em uma publicação normatizadora e prescritiva, especificamente dirigida à crítica e classificação de livros para orientar leitores e leitoras na escolha de suas leituras; à semelhança da revista *Juventude*, é mais uma das publicações que emergem do laicato

católico e, principalmente, é uma publicação de iniciativa e direção de mulheres da Liga Universitária Católica da Ação Católica Brasileira. Esta revista é mais um exemplo de publicação “colada” ao que se fazia na Europa católica, neste caso, na França, que mantinha uma revista (entre tantas outras) intitulada *La Vie Intellectuelle*, dedicada aos livros e leituras permitidos e proibidos.

Dentre as seções constitutivas de *Leitores e Livros*, as que merecem especial atenção são as de “Literatura Infantil” e “Literatura Juvenil”, que compõem o núcleo da revista. Os artigos desenvolvem temas no âmbito das seções acima mencionadas: a psicologia da criança e a literatura infantil; guia de leitura para adolescentes; educação sexual dos jovens; o papel da mãe na formação literária da criança; as obras de autores nacionais e estrangeiros (p. ex., Monteiro Lobato e Fénélon) na formação de crianças e jovens; romances, histórias em quadrinhos, bibliotecas, revistas infanto-juvenis, etc.

Sobre “a necessidade de organização de guias de leitura” para a juventude, a revista começa a colher sugestões, por meio das seguintes perguntas: “1) Que critério adotar na organização desse guia? Um dos critérios indicados? Ou sugere outro? 2) Quais os livros que, dentro do critério indicado ou sugerido, você indicaria para uma biblioteca de jovens? 3) Quais os livros e os autores mais apreciados pelos jovens que você conhece?” (nº1, jul./set., 1950).

O “guia de leitura” será, com efeito, publicado na seção “Literatura Juvenil” com o título de “Convite aos Jovens”, onde estão relacionadas diversas obras, separadas por *categorias de gênero literário* (poesia, romance de aventuras, romance sentimental, contos, histórias e lendas, divulgação científica, formação religiosa, etc.) e *idade* (13 a 15 anos; 15 a 18 anos). O mais significativo é que nesta relação bibliográfica há, em alguns títulos, um asterisco (*) indicado ao final, como “leitura que interessa também ao público masculino” ou, ainda, “para rapazes”, o que nos leva a supor que este “guia” foi elaborado tomando como base o público leitor feminino.

Considerações finais

Questões relativas ao papel e à educação da mulher ocupam com frequência espaços em artigos e notas em todas as revistas pesquisadas. Nossa intenção é focalizar e explorar os aspectos mais diretamente ligados à formação do público leitor feminino, a partir da abordagem feita pela história cultural e social da leitura. Além disto, o exame destas revistas, algumas delas porta-vozes do grupo católico leigo envolvido com a ação social da Igreja e com a educação, contempla a história do

seu surgimento e do seu processo de evolução e que, no interior do movimento de renovação católica, desempenharam um papel essencial na produção, divulgação e circulação de recomendações e prescrições relativas à formação e educação dos católicos em geral, e das mulheres em particular.

Referências

- Bruneau, Thomas. *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo, Loyola, 1974.
- Chartier, Roger e Hebrard, Jean. "Les imaginaires de la lecture". In: *Histoire de l'édition française*. Paris, Promodis, 1984, pp.529-541.
- Chartier, Roger (dir). *Pratiques de la lecture*. Paris, Rivages, 1985.
- Chartier, Roger. *A História Cultural – Entre Práticas e Representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1990.
- Hébrard, Jean e Chartier, Anne-Marie. *Discours sur la lecture (1880-1980)*. Paris, Centre Georges Pompidou, 1989.
- Jolly, Claude. "Les pratiques de lecture". In: *Histoire de l'édition française*. Paris, Promodis, 1984, pp.565-570.
- Lustosa, Oscar de Figueiredo, O.P. (seleção e introdução). *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo, Loyola, 1983.
- Mayeur, Françoise et Gadille, Jacques. *Education et images de la femme chrétienne en France au début du XXème siècle à l'occasion du centenaire de Mgr. Dupanloup*. Lyon, L'Hermès, 1980.
- Micelli, Sergio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- Musée National de L'éducation. *L'éducation des jeunes filles il y a cent ans*. Exposition inaugurale de la Maison des Quatre Fils Aymon, 1983.
- Pierucci, Antonio Flávio de O. "Igreja: Contradições e Acomodações – Ideologia do Clero Católico sobre a Reprodução Humana no Brasil." In: *Cadernos CE-BRAP*, São Paulo, 1978.
- Vilhena, Cynthia P.S.. *Família, Mulher e Prole: a Doutrina Social da Igreja e a Política Social do Estado Novo*. São Paulo, FEUSP, 1988 (tese de doutoramento).